



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª PROVA - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª ETAPA - 01.10.95

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL .

I N S T R U Ç Õ E S

- 1.- Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
- 2.- Cada questão possui apenas uma alternativa correta .
- 3.- Use somente caneta esferográfica azul ou preta .
- 4.- Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato .
- 5.- São proibidas quaisquer consultas .
- 6.- Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova .

Duração da Prova : 04 horas

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO :

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente

Juiz DÉLVIO BUFFULIN

Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA :

Ministro JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS - Presidente

Juiz CARLOS ROBERTO HUSEK

Dr. ELI ALVES DA SILVA - Membro da OAB

PROCESSO CIVIL

1. Segundo a lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) Quando o autor houver omitido na petição inicial pedido que lhe era lícito fazer, só por ação distinta poderá formulá-lo.
- b) Antes da citação o autor poderá aditar o pedido, sem quaisquer encargos.
- c) Poderá o autor, a qualquer tempo, alterar o pedido com consentimento do réu.
- d) Depois da citação e antes do saneador poderá o autor alterar o pedido com consentimento do réu.

2. Assinale a opção correta:

- a) A citação far-se-á sempre pessoalmente ao citando ainda que o advogado constituído tenha poderes para receber citação.
- b) No processo de liquidação por artigos ou arbitramento, a citação do réu far-se-á na pessoa do advogado constituído nos autos.
- c) Quando o advogado não tenha poderes para receber citação far-se-á na pessoa do réu.
- d) Desde que haja advogado constituído nos autos a citação será na pessoa do advogado.

3. Segundo a lei processual civil, o recurso adesivo: (assinalar a opção correta)

- a) Será interposto no prazo que a parte interessada tem para responder ao recurso principal.
- b) Só será oposto se versar o mesmo tema do recurso se versar o mesmo tema do recurso principal.
- c) Cabe apenas quando o recurso principal for apelação ou embargos infringentes.
- d) Será interposto no prazo de dez dias, contados da publicação do despacho que admitiu o recurso principal.

4. Nos termos da lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) Os embargos declaratórios serão opostos no prazo de cinco dias.
- b) Os embargos declaratórios serão opostos em prazos diferentes segundo se trate de sentença ou acórdão.
- c) Os embargos declaratórios cabem nas hipóteses de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão.
- d) Os embargos declaratórios suspendem o prazo para interposição de outros recursos.

5. Segundo a lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) A sentença homologatória de laudo arbitral não constitui título executivo judicial.
- b) A sentença homologatória de transação, ainda que esta verse questão posta em juízo, constitui título executivo judicial.
- c) O formal e a certidão da partilha constituem título executivo extrajudicial.
- d) A sentença penal constitui título executivo judicial.

6. Nos termos da lei processual civil, o indeferimento da petição inicial: (assinalar a opção correta)

- a) Caracteriza sempre extinção do processo sem julgamento do mérito.
- b) Caracteriza sempre extinção do processo com julgamento de mérito.
- c) Pode caracterizar, conforme o caso, extinção do processo com ou sem julgamento de mérito.
- d) Caracteriza decisão meramente interlocutória.

7. Em conformidade com a lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) Os embargos à execução, dependendo da hipótese, terão ou não efeito suspensivo.
- b) Os embargos à execução serão sempre recebidos com efeito suspensivo.
- c) Os embargos à execução serão sempre recebidos sem efeito suspensivo.
- d) Os embargos à execução, quando parciais, não tem efeito suspensivo.

8. Nos termos da lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) Sempre estará prevento o juiz perante o qual, por primeiro se aperfeiçoou a citação.
- b) Se os juizes perante os quais foram propostas ações conexas tiverem a mesma competência territorial, ficará prevento o que despachou em primeiro lugar.
- c) A prevenção, em face de ações conexas, será fixada em função da oposição da "declinatória fori".
- d) Estará prevento o juízo, em face de ações conexas, perante o qual foi ajuizada primeira das ações.

9. Em conformidade com a letra da lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) O reconhecimento de firma de procuração outorgada por instrumento particular é obrigatório.
- b) O reconhecimento de firma de procuração outorgada por instrumento particular é expressamente dispensado.
- c) Existe omissão quanto à exigência ou não do reconhecimento de firma de procuração outorgada por instrumento particular.

- d) Existe obrigatoriedade do reconhecimento de firma de substabelecimento de poderes outorgados por instrumento particular.
10. Quando houver litisconsórcio passivo, o prazo para resposta: (assinalar a opção correta)
- É contado para cada réu do aperfeiçoamento da respectiva citação.
 - É comum a todos os réus, mas contado em dobro pela só existência de litisconsórcio.
 - É comum a todos os réus, mas contado em dobro se os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.
 - É comum e contado sempre de forma simples a partir da juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
11. A interpretação restritiva do pedido, mesmo considerando as exceções legais: (assinalar a opção correta)
- Impede que se concedam prestações vincendas quando o autor não as tenha explicitado.
 - Obsta que o juiz, não tendo o autor feito pedido alternativo, conceda ao réu, a quem cabia a escolha, a opção.
 - Obsta que o autor faça pedido sucessivo para a hipótese de ser inviável o atendimento do primeiro.
 - Admite a imposição, na sentença, de multa diária ao réu, de ofício, na ação que visa cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
12. Assinalar a opção correta:
- não existe coincidência, nem parcial, dos requisitos de sentença e acórdão.
 - Os requisitos da sentença e do acórdão são os mesmos.
 - Existe requisito que a lei impõe para o acórdão e é inexigível para a sentença.
 - Existe requisito que a lei impõe para a sentença e é inexigível para o acórdão.
13. Contra sentença proferida pelo juiz: (assinalar a opção correta)
- A apelação oposta pode servir à retratação do próprio juiz.
 - Só o agravo admite hipótese de retratação.
 - A apelação oposta não admite retratação pelo próprio juiz.
 - Todos os recursos admitem retratação pelo próprio órgão que proferiu o decisório.
14. Na execução em que é pedido o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer: (assinalar a opção correta)
- É defeso ao juiz fixar prazo para a satisfação da obrigação, caso a sentença não o tenha fixado.
 - A lei obsta, omissa a sentença, a fixação de multa por dia de atraso.
 - O valor da multa fixada no título extrajudicial, relativo à obrigação de fazer ou não fazer, ainda que excessivo não pode ser reduzido pelo juiz.
 - O valor da multa fixado em sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer pode ser modificado pelo juiz da execução quando se tornar insuficiente ou excessivo.
15. Na execução para entrega de coisa certa constante de título executivo: (assinalar a opção correta)
- Os embargos com efeito suspensivo cabem independentemente de garantia do juízo.
 - Os embargos cabem após garantia do juízo com a penhora.
 - Os embargos cabem após garantia do juízo com o depósito da coisa.
 - Os embargos, sem efeito suspensivo, cabem independentemente de garantia do juízo.
16. Em consonância com o texto da legislação processual civil: (assinalar a opção correta)
- Se a parte é credora ou devedora de tio do juiz cabe arguição de suspeição.
 - Se o advogado da parte é tio do juiz cabe a arguição de impedimento.
 - Se o juiz tiver interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes cabe a arguição de impedimento.
 - Se o juiz é empregado de qualquer das partes cabe arguição de suspeição.
17. Nos termos da legislação processual civil: (assinalar a opção correta)
- A sentença de mérito favorável ao réu só pode ser proferida depois de triangulada a relação processual pela citação.
 - A extinção do processo só pode ser proferida depois de triangulada a relação processual pela citação.
 - A sentença de mérito só pode ser proferida depois de triangulada a relação processual pela citação.
 - A sentença de mérito favorável ao réu pode ser proferida antes de triangulada a relação processual pela citação.
18. Nos termos da legislação processual civil admitidos o recurso especial e o recurso extraordinário: (assinalar a opção correta)

- a) O recurso especial será sempre julgado com precedência e, após, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.
- b) O julgamento do recurso extraordinário, que versa sempre tema constitucional, deve necessariamente preceder o julgamento do recurso especial.
- c) O julgamento do recurso especial poderá ser sobrestado, quando seu relator entender que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, com remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.
- d) Quando julgado o recurso especial com precedência, seu julgamento nunca obsta a necessidade de que o tema constitucional, articulado no extraordinário seja decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

19. A ação declaratória incidental: (assinalar a opção correta)

- a) Só pode ser proposta pelo Autor e quando se tornar controvertida relação jurídica essencial ao deslinde da ação proposta.
- b) Visa dar efeito de coisa julgada a qualquer tema que o juízo de 1º grau deva decidir "incidenter tantum".
- c) A declaratória incidental é instrumento hábil para obter manifestação do juízo sobre matéria estritamente fática.
- d) Tanto pode ser proposta pelo Autor como pelo Réu.

20. Nos termos da lei processual civil: (assinalar a opção correta)

- a) O juiz pode determinar o depósito prévio dos honorários periciais.
- b) O juiz não pode liberar, por antecipação, honorários de perito.
- c) O perito está obrigado a prestar compromisso.
- d) Tanto o perito como os assistentes técnicos podem ser arguidos de impedimento ou suspeição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Cargo Público é: (assinalar a opção correta)

- a) a atribuição ou conjunto de atribuições conferidas ao servidor;
- b) o lugar instituído na organização, com denominação própria e atribuições específicas, além da remuneração correspondente, para ser provido na forma da lei;
- c) o degrau de acesso à carreira;
- d) o conjunto de carreiras, em comissão ou não.

22. A Constituição Federal, art. 37, XII, exige lei específica para a criação dos seguintes entes: (assinalar a opção correta)

- a) somente autarquias;
- b) somente autarquias e fundações públicas;
- c) somente autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista;
- d) autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

23. Assinale a resposta mais completa à luz das disposições do art. 37 da Constituição Federal:

O concurso público é exigência para a investidura em:

- a) cargo público;
- b) cargo ou emprego público;
- c) cargo ou emprego público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- d) cargo ou emprego público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação ou exoneração mas a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

24. Aos servidores públicos civis da União: (assinalar a opção correta)

- a) é permitido o direito de sindicalização pela Constituição Federal, mas negado o direito de negociação coletiva e de dissídio coletivo pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei nº 8112/90);
- b) é assegurado o direito de negociação coletiva e de dissídio coletivo pela Lei nº 8112/90, art. 240, nesse ponto vetada pelo Presidente da República, porém mantida pelo Congresso Nacional mas julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;
- c) é permitido o direito de sindicalização pela Constituição Federal, assegurado o direito de negociação coletiva e de dissídio coletivo pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) é assegurado o direito de negociação coletiva e de dissídio coletivo pela Lei nº 8.112/90, art. 240, mas negado o direito de sindicalização pela Constituição Federal.

25. Assinale a hipótese correta, das previstas na Constituição Federal, art. 37:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos na lei;
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, não admitidas exceções;

- c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos improrrogáveis;
 d) o direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos pela lei ordinária.

DIREITO PENAL

26. Assinale a alternativa correta conforme ordem ^{seqüencial} dos conceitos abaixo descritos:

CONCEITOS:

- I) O agente pratica o evento, mata como havia planejado.
 II) O agente fere embora, também admitisse matar.
 III) O agente fere, sabendo que tal poderia acontecer, embora não tivesse planejado ferir.
 IV) O agente produz um acidente e mata, porque não conservou o seu veículo como deveria.

ALTERNATIVAS:

- a) Dolo determinado, dolo alternativo, dolo cumulativo, dolo eventual;
 b) Dolo determinado, dolo eventual, dolo indeterminado, culpa;
 c) Dolo cumulativo, dolo determinado; culpa, culpa;
 d) Dolo determinado, dolo indeterminado, dolo eventual, culpa.

DIREITO INTERNACIONAL

27. Em matéria de convenção internacional, adotada no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, pode-se dizer que:

- a) O Brasil não é membro ativo e participante de tal organização.
 b) É fato que o Brasil é um país soberano e como tal não se obriga a tornar lei interna o tratado internacional por ele ratificado.
 c) Ainda que a Convenção Internacional contenha norma auto-executável - "self-executing" -, é fato que a ratificação de um tratado não passa de mero compromisso que o Estado assume de produzir num futuro legislação compatível.
 d) Poder-se-ia ver na Constituição Brasileira, embora não de forma clara, a adoção do "mismo jurídico" em virtude do qual o tratado ratificado complementa, altera ou revoga o Direito Interno, desde que seja norma "self executing", conforme se infere da mesma ao tratar da competência do Superior Tribunal de Justiça.

28. Aponte a alternativa correta, quanto aos conceitos abaixo emitidos:

- I - A adesão é forma de expressão do consentimento do Estado nos tratados multilaterais, tendo igual natureza da ratificação.
 II- No Brasil não temos carreiras consular, sendo os cônsules escolhidos da carreira diplomática.
 III- Como sujeitos de Direito Internacional Público temos, os Estados, as Organizações Internacionais, o Homem e as Coletividades Não Estatais, entre estas últimas podemos encontrar a Santa Sé, a Nação, a Cruz Vermelha e as Organizações Não Governamentais.
 IV- Somente os Estados são sujeitos plenos na órbita internacional. As Organizações Internacionais possuem capacidade restrita, não possuindo, por exemplo, direito de convenção.
 - A sentença estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

ALTERNATIVAS

- a) Estão incorretas as alternativas III e IV.
 b) Estão incorretas as alternativas IV e V.
 c) Estão corretas as alternativas I e III.
 d) Somente a alternativa V é correta.

29. Em matéria de Carta Rogatória é possível afirmar-se:

- a) tem a carta rogatória efeito executório.
 b) o cumprimento de carta rogatória é um dever do Estado e significa a substituição do juiz estrangeiro pelo nacional.
 c) na verdade a carta rogatória é um provimento processual que só pode ser realizado no país rogado e o não cumprimento da mesma implica em sanção internacional.
 d) em relação à carta rogatória o Brasil não admite o procedimento de delibação (Juízo de Delibação).

DIREITO CIVIL

30. É certo dizer quanto às sociedades civil e mercantis:

- a) para se saber se a sociedade é civil ou mercantil basta verificar se uma delas tem ou não lucro.
 b) o que diferencia uma da outra é a natureza das operações habitualmente feitas conforme objeto de seu contrato social ou estatuto.
 c) uma sempre tem contrato social, outra sempre tem estatuto.
 d) a diferença vem descrita na Constituição Federal.

31. Qual das alternativas abaixo é correta:

- a) domicílio é a sede jurídica da pessoa e difere-se da residência porque esta é o lugar onde ela habita com "animus" definitivo.
- b) o critério que diferencia o domicílio da residência é o mesmo que diferencia esta última da habitação, isto é aquele é o local onde a pessoa responde por seus negócios, enquanto os dois últimos representam o local que a pessoa se encontra acidentalmente.
- c) o que se tem é que a residência é o local onde a pessoa habita com ânimo de permanecer; a habitação ou moradia é quando se tem a permanência acidental (alguns dias) e o domicílio tem os elementos objetivo e subjetivo, um a fixação do lugar outro o ânimo de permanecer.
- d) não há diferença substancial entre domicílio e residência pela nossa lei, nem mesmo há que se falar em habitação.

32. Em relação à coação moral - "vis compulsiva" - podemos dizer:

- a) só anula o ato jurídico quando for causa determinante do negócio jurídico e incute na vítima temor insuperável.
- b) basta a ameaça e a mera possibilidade de que um mal venha a acontecer.
- c) não anula o ato jurídico se o dano a ser causado pela coação é de pequena monta, ainda que influencie na vontade do coacto.
- d) não torna o ato jurídico anulável se apenas disser respeito a um dano iminente e indireto em relação a familiares do coacto.

33. Aponte a alternativa correta tendo em vista que a Constituição Federal no seu artigo 37 § 6º estabelece que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos de seus agentes e o artigo 15 do Código Civil afirma que isto somente ocorrerá se os seus representantes procederem de modo contrário ao direito:

- a) o Direito Brasileiro adota a responsabilidade subjetiva das pessoas jurídicas de direito público.
- b) a norma do Código revela responsabilidade diferenciada da norma constitucional, e como tal, nessa questão, elimina a expressão "procedendo de modo contrário ao direito ou faltando ao dever prescrito em lei".
- c) a norma do Código por ser mais antiga permanece inalterada, devendo-se entender que somente há responsabilidade da pessoa jurídica de direito público quando o seu representante procede de modo contrário a lei.
- d) sem sombra de dúvida a responsabilidade é objetiva do agente e não da pessoa jurídica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

34. O constitucionalista José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, 7ª ed. - RT - pg. 265), diz:

- a) "O art. 8º menciona dois tipos de associação: a profissional e a sindical. Em verdade ambas são associações profissionais, as quais cuidarão de acordo com seus estatutos dos direitos e deveres de seus associados, entretanto, enquanto a associação profissional cuida dos interesses profissionais de seus sócios, a sindical é uma associação profissional com prerrogativas especiais, definidas em lei."
- b) "O art. 8º menciona duas organizações: a profissional e a sindical. Em verdade, ambas são associações profissionais, entretanto, a diferença é significativa, pois, enquanto a primeira tem por objetivo a defesa dos interesses corporativos de seus sócios, nos termos do seu estatuto, a segunda tem prerrogativas especiais como: a) defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, até em questões judiciais e administrativas; b) participar de negociações coletivas de trabalho e celebrar convenções e acordos coletivos; c) eleger ou designar representantes da respectiva categoria; d) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais representados."
- c) "O art. 8º, menciona dois tipos de associação: a) profissional e a sindical. Em verdade, ambas são associações profissionais. A diferença está em que a sindical é uma associação profissional com prerrogativas especiais, tais como: a) defender os direitos e interesses coletivos ou individuais de categoria, até em questões judiciais e administrativas; b) participar de negociações coletivas de trabalho e celebrar convenções e acordos coletivos; c) eleger ou designar representantes da respectiva categoria; d) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas. Já a associação profissional não sindical se limita aos fins de estudo, defesa e coordenação dos interesses econômicos e profissionais de seus associados."
- d) Nenhuma das alternativas.

35. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Para efeito do artigo 7º, XXIX, o empregador rural comprovará o cumprimento de suas obrigações trabalhistas perante o sindicato da categoria para com o empregado rural, na presença deste;
- b) Para efeito do artigo 7º, XXIX, o empregador rural comprovará, de cinco em cinco anos,

- perante o sindicato da categoria, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas, cujo termo deverá ser assinado pelo empregado e seu representante sindical;
- c) Para efeito do artigo 7º, XXIX, o empregador rural provará, de cinco em cinco anos, perante a Justiça do Trabalho, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas, para com o empregado, cujo termo deverá ser por ele assinado, assim como seu representante sindical e o empregador;
- d) Para efeito do artigo 7º, XXIX, o empregador rural provará, de cinco em cinco anos, perante a Justiça do Trabalho, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o empregado rural, na presença deste e de seu representante sindical.

DIREITO DO TRABALHO

36. Como ninguém pode ir a Juízo alegar a própria torpeza, aponte a alternativa correta:

- a) ilicitude do objeto, artigo 82 Código Civil, nulidade da obrigação.
- b) menor de 18 anos, local insalubre, nulidade do contrato.
- c) trabalho subordinado para banqueiro do jogo do bicho, agente capaz, nulidade do contrato.
- d) gestante, menor de 18 anos, trabalho durante a semana que antecede ao parto, nulidade do contrato.

37. Os preceitos de I a V, tirados da C.L.T., corporificam grandes princípios do Direito do Trabalho, segundo lições tiradas de Plá Rodrigues (Princípios de Direito do Trabalho, LTR/EDUSP, 1993). Embora em todas as alternativas apareçam os princípios corretos, somente em uma delas os mesmos vêm na ordem proposta. Aponte:

PRECEITOS:

- I - A validade do contrato de trabalho por prazo determinado encontra óbice no § 2º do artigo 443 da C.L.T.
- II - Estabelece o artigo 443 da C.L.T, que o contrato individual do trabalho é o acordo tácito ou expresso, verbal ou escrito.
- III - O artigo 483 da C.L.T. determina a justa causa dada ao empregador, em caso de ofensa física, salvo legítima defesa.
- IV - Diz o artigo 10 da C.L.T. que a mudança na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos.
- V - Qualquer ato praticado com o objetivo de fraudar direitos é nulo (artigo 9º da C.L.T.).

ALTERNATIVAS:

- a) da continuidade, da primazia da realidade, da razoabilidade, da continuidade, da boa fé.
- b) da continuidade, da continuidade, da boa fé, da primazia da realidade, da razoabilidade.
- c) da razoabilidade, da primazia da realidade, da continuidade, da continuidade, da boa fé.
- d) da continuidade, da primazia da realidade, da continuidade, da razoabilidade, da boa fé.

38. Aponte a alternativa incorreta. Em matéria de justa causa pode-se dizer:

- a) o abandono de emprego nos termos sumulados pelo T.S.T., não importa em configuração de ordem subjetiva.
- b) a negociação habitual, ainda que não prejudique os serviços e nem a ele faça concorrência e falta punível sempre com a pena máxima de rescisão, devendo para tanto caracterizar-se nos termos da concorrência desleal (art. 178 do Código de Propriedade Industrial).
- c) atos lesivos a honra e boa fama são a calúnia, com respeito à primeira e a difamação e a injúria em relação à segunda, tendo em vista respectivamente a honra subjetiva e objetiva.
- d) quando falamos em falta de rendimento quantitativo e qualitativo podemos estar nos referindo à desídia.

39. Assinale a hipótese contrária à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) o suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no artigo 10, II, "a" do ADCT da Constituição Federal.
- b) a verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerando o agente insalubre diverso do apontado na Inicial não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
- c) a contratação de trabalhadores por empresa diversa da que prestarão seus serviços é possível, mesmo em se tratando de Órgãos da Administração Pública, verificando-se em cada caso a formação do vínculo obrigacional, se com a contratante ou com a tomadora de serviço.
- d) o direito às férias ainda que proporcionais, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no artigo 7º XVII da Constituição Federal.

40. Das frases abaixo qual está correta de acordo com a lei e ou jurisprudência?

- a) o médico residente, em virtude do artigo 5º XXXV da Constituição Federal, pode acionar, com grande possibilidade de êxito, o Estado-Juiz, deduzindo pretensão ao vínculo de emprego em relação à sua residência, mesmo porque é filiado ao sistema previdenciário.

- b) em época de Conferência Internacional da Mulher, a proteção à maternidade passa a ser princípio de Justiça Social, sendo sempre devida a reintegração da obreira, quando rescindido o seu contrato de trabalho, não importando a espécie de contrato.
- c) as férias dos escolares e dos professores têm significado diverso para estes últimos. Naqueles não pode o professor sair para um merecido descanso, se convocado ao estabelecimento de ensino. Nestas últimas seu contrato se interrompe.
- d) em relação ao aeronauta, a sua remuneração compreende todas as quantias por ele percebidas da empresa, incluindo aquelas pagas a título de ajuda de custo e transporte.

41. Em relação aos conceitos emitidos nos incisos de I a V aponte a alternativa correta, logo a seguir, tendo em vista a lei e ou a jurisprudência dominante:

CONCEITOS:

- I - O pagamento relativo ao período de aviso prévio indenizado não está sujeito à contribuição para o F.G.T.S.
- II - Não estão sob o regime jurídico das oito horas diárias, os gerentes investidos de forma legal, exercendo encargos de gestão e recebendo vencimento maior que os demais empregados.
- III - A hora extra paga pelo valor da hora normal gera apenas o direito ao adicional previsto em lei.
- IV - Embora as justas causas somente se concretizem entre empregados e empregadores é possível que aqueles venham a ser despedidos por provocação do cliente do empregador com arrimo em dispositivo não consolidado.
- V - De acordo com o T.S.T. as diárias devem ser sempre integradas ao salário do empregado, quando excedentes de 50% do valor deste, tomando-se por base o valor do salário dia.

ALTERNATIVAS:

- a) incisos I, IV e V.
- b) incisos I, II e III.
- c) incisos I, II, III e IV.
- d) incisos II, III e IV.

42. Aponte a alternativa em que às duas situações descritas existe vedação ao despedimento sem justa causa:

- a) empregada gestante, da confirmação da gravidez até o quinto mês após o parto e empregado não sindicalizado.
- b) empregado não eleito para a direção da CIPA e empregado sindicalizado.
- c) empregado eleito para cargo de direção sindical e empregado que sofreu acidente de trabalho.
- d) empregado não eleito para cargo sindical e empregado suplente da CIPA.

43. Considerando:

- 1- que o ato jurídico é nulo, conforme artigo 145 do Código Civil.
- 2- que o ato jurídico é anulável, conforme artigo 147 do Código Civil.
- 3- que o ato jurídico é nulo, tendo em vista o seu objetivo, conforme artigo 9º da C.L.T. e,
- 4- que a aplicação subsidiária do Direito Comum ao Direito do Trabalho é possível conforme artigo 8º parágrafo único da C.L.T., podemos afirmar que:

- I - a doutrina do "contrato-realidade" do Direito do Trabalho aproxima-se, em certas situações às consequências da figura da dissimulação no Direito Civil.
- II - a empresa de taxi que contrata motorista para trabalhar sob dependência, salário e habitualidade, fazendo contrato de locação, pratica fraude que prejudica o motorista e portanto, o contrato-realidade é um contrato do trabalho.
- III - o menor de 21 anos não se mostra capaz no Direito do Trabalho, quando seu pai, tutor ou curador verifica que o labor é nocivo e toma providências para rompimento do pacto.
- IV - na verdade, o maior de 18 anos é agente capaz, porém, não para celebrar cláusula contratual, que lhe é prejudicial, nos termos da lei.
- V - enfim, as teorias da nulidade absoluta e relativa completam a nulidade prevista no Direito do Trabalho.

Responda a alternativa correta:

- a) inciso I, II e III estão corretos.
- b) incisos III e V estão corretos.
- c) o único incorreto é o inciso IV.
- d) todos estão corretos.

44. Tempos:

- término do contrato de experiência.
- término do contrato por pedido de demissão.
- término do contrato sem justa causa ou aviso prévio cumprido.

Aponte a alternativa que tem um título que não deve ser pago em relação às dissoluções contratuais acima e ao mesmo tempo um título que deve ser adimplido em todas elas:

- a) 13º salário, salário família, aviso prévio, F.G.T.S. pelo cód. 01.
- b) férias vencidas, aviso prévio, f.G.T.S.
- c) 13º salário proporcional, saldo de salário, F.G.T.S. e salário família.
- d) aviso prévio, férias proporcionais e saldo de salário.

45. Dois casos:

- 1- Um empregado recebe R\$ 120,00 por mês e trabalhou 22 dias úteis. Qual o valor do vale-transporte?
- 2- Um empregado é balconista recebendo por comissão e fazendo horas extras. Como calcular a hora extra?

Somente uma alternativa abaixo contém resposta correta, na ordem de sequência para cada um dos casos:

- a) R\$ 5,28 - hora extra + 50%.
- b) R\$ 7,20 - adicional de hora extra calculado sobre o valor da média das comissões da semana.
- c) R\$ 7,20 - adicional de hora extra calculado sobre o valor das comissões referentes às horas suplementares.
- d) R\$ 5,28 - adicional de hora extra calculado sobre a média das comissões referentes ao dia.

DIREITO COMERCIAL

46. Com relação à liquidação da falência, é correto afirmar:

- a) Não bastando os bens da massa para o pagamento de todos os seus credores, serão pagos os encargos depois das dívidas, fazendo-se rateio, em cada classe, se necessário, com prejuízo porém dos créditos de natureza trabalhista.
- b) Não bastando os bens da massa para o pagamento de todos os seus credores, serão pagos os encargos antes das dívidas, sem prejuízo porém dos créditos de natureza trabalhista.
- c) Não bastando os bens da massa para o pagamento de todos os seus credores, serão pagos os encargos depois das dívidas, sem prejuízo porém dos créditos de natureza trabalhista.
- d) Não bastando os bens da massa para o pagamento de todos os seus credores, serão pagos os encargos antes das dívidas, fazendo-se rateio, em cada classe, se necessário, sem prejuízo porém dos créditos de natureza trabalhista.

47. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A sociedade formada por escritura pública ou particular deve ser dissolvida pela mesma forma de instrumento por que foi celebrada, sempre que o distrato tiver lugar amigavelmente.
- b) Depois da dissolução da sociedade nenhum sócio pode validamente pôr a firma social em obrigação alguma, posto que esta fosse contraída antes do período da dissolução, ou fosse aplicada para pagamento de dívida social.
- c) Fazendo-se participação aos devedores, depois de dissolvida a sociedade, de que um sócio designado se acha encarregado de receber as dívidas ativas da mesma sociedade, o recibo passado posteriormente por um dos outros sócios desonera o devedor.
- d) As alternativas "a" e "b", estão corretas.

48. Qual das afirmações abaixo está correta:

- a) a expressão "Companhia" pode ser utilizada ao final do nome comercial.
- b) a responsabilidade dos acionistas de uma sociedade anônima é pelo valor das ações que possuem.
- c) a assembléia geral ordinária tem matéria específica na lei e entre elas está a possibilidade de decidir a criação de partes beneficiárias.
- d) a dissolução da companhia é assunto para a Assembléia Geral Extraordinária. Para Ordinária entre outros assuntos o de aprovar a correção da expressão monetária do capital.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49. Assinale a alternativa correta:

- a) A organização da Assistência Social obedecerá as seguintes diretrizes: 1) descentralização político-administrativa; 2) participação da população na formação e controle das ações em todos os níveis;
- b) A organização da Assistência Social obedecerá as seguintes diretrizes: 1) centralização político-administrativa em todos os níveis; 2) participação da população na formação e controle das ações em todos os níveis;
- c) A organização da Assistência Social obedecerá as seguintes diretrizes: 1) descentralização político-administrativa; 2) participação de empregados, empregadores e governos em todos os seus níveis na formação e controle das ações em todos os níveis;

d) A organização da Assistência Social obedecerá as seguintes diretrizes: 1) descentralização político-administrativa; 2) participação da postulação no financiamento de seus re cursos em todos os níveis.

50. O Conselho Nacional da Seguridade Social, é composto de:(indique a alternativa correta)

- a) Quatro representantes do governo federal; um representante dos governos estaduais e um das prefeituras municipais; oito representantes da sociedade civil, sendo quatro trabalhadores, dos quais pelo menos dois aposentados, e quatro empresários; três representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da seguridade social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social;
- b) Quatro representantes do Governo Federal; dois representantes dos governos estaduais e dois das prefeituras municipais; quatro representantes da sociedade civil, sendo dois trabalhadores, (dos quais um aposentado), e dois empresários; três representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da Seguridade Social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social;
- c) Três representantes do Governo Federal; um representante do governo estadual e um da prefeitura municipal; dois representantes da sociedade civil, sendo um trabalhador, e um empresário; três representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da Seguridade Social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social;
- d) Três representantes do Governo Federal; dois representantes dos governos estaduais e dois das prefeituras municipais; três representantes da sociedade civil, sendo dois trabalhadores, um aposentado e um empresário; três representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da Seguridade Social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social.